

JORNAL DO BRASIL

Empresários querem total renegociação da dívida ext.

16 AGO 1983

Brasília — A maioria dos representantes do empresariado nacional defende a negociação da dívida externa brasileira de Governo a Governo (o que significa a ida ao Clube de Paris). Pelo menos essa foi a manifestação dos presidentes das Federações de Indústrias de todo o país que ontem reconduziram à presidência da Confederação Nacional das Indústrias o empresário e Senador Albano Franco (PDS-SE). Dos 21 líderes empresariais, 15 manifestaram-se a favor da ida ao Clube de Paris e apenas seis a favor de uma negociação direta com os bancos credores.

Todos concordaram em um ponto: a renegociação total da dívida, através da dilatação dos prazos de pagamento de oito para 20 anos, com carência de cinco anos (hoje é de 30 meses) e a redução dos juros de 11% para algo em torno de 5% a 6%. A maioria dos empresários entende que a renegociação, a partir de agora, terá que ser muito mais política do que técnica.

Contra a moratória

Os Ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvães, negaram ontem — à saída do almoço com membros da missão iraniana que está no Brasil, no prédio do Ministério do Planejamento — a possibilidade de uma moratória. Para Delfim, essa hipótese é longinqua: "Não se pensa nisso por enquanto", afirmou. Galvães, mais enfático, declarou: "Não tem nada disso, nada disso".

— Nós já cansamos de dizer que estamos numa estratégia fazendo um programa de renegociação. Esperamos concluir esses entendimentos com o FMI para retomar o curso das negociações anteriores, nas mesmas bases, no mesmo estilo, com os mesmos objetivos — afirmou Galvães.

Impopularidade

Dos 21 presidentes das Federações estaduais das Indústrias que se reuni-

ram ontem para reeleger Albano Franco, apenas dois aprovaram a atual política econômica do Governo — Arthur José Doanto, do Rio de Janeiro; e Aquino Porto, de Goiás. Ambos culparam a "conjuntura econômica" pelos desacertos das medidas econômicas. Os outros 19 condenaram a atual linha, mas deste total apenas três defenderam a necessidade de mudanças ministeriais, alegando que a alteração daria ao Governo a credibilidade que ele perdeu ao longo das negociações e renegociações com o Fundo Monetário Internacional.

O presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco foi o mais ousado: Gustavo Queiroz foi o único a sugerir nomes para substituir os atuais ministros. Na sua opinião, Hélio Beltrão deveria assumir o Ministério do Planejamento e Olavo Setúbal o da Fazenda. O presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Senador Gabriel Hermes (PDS) alegou que a substituição dos atuais dirigentes dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e do Banco Central "é imprescindível para que o Brasil possa restabelecer a sua credibilidade perante a opinião pública", mas eximiu-se de citar nomes para a substituição.

O Presidente da República em exercício, Aureliano Chaves, foi o vencedor na preferência dos empresários para suceder Figueiredo, com oito votos a favor, sendo seguido por Hélio Beltrão, que angariou dois votos. Onze dos representantes do empresariado declaram não ter candidatos.

Mas Luís Eulálio Buenos Vidigal, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e novo vice-presidente da CNI, em substituição a Mario Garnero, preferiu ser cuidadoso. Condenou todas as candidaturas à sucessão, já lançadas, alegando que "se eles fossem patriotas não falaria em sucessão nesse momento de crise que atravessamos".